



# Comunitas



**BID**

## **DLIS - DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL**

**SEMINÁRIO:  
FORTALECENDO A SOCIEDADE E PROMOVEDO O DESENVOLVIMENTO:  
DIÁLOGO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS E IDÉIAS**

**São Paulo, 24 e 25 de setembro de 2004**





# Comunitas

## DLIS – DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

### Sumário

- 1 – O que é o DLIS
- 2 – Antecedentes
- 3 – A continuidade da estratégia
- Notas e referências

### 1 - O que é o DLIS

Nos últimos anos têm surgido com bastante força várias estratégias e metodologias de indução do desenvolvimento local. Existe uma diversidade de experiências em curso no momento: desenvolvimento econômico local, desenvolvimento local sustentável, Agenda 21 Local, sistemas sócio-produtivos e redes de sócio-economia alternativa e solidária ensaiados em escala local. No Brasil a experiência de maior dimensão, desde o final da década passada, é o chamado DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Em sintonia com o que está acontecendo em várias partes do mundo, o DLIS é uma nova estratégia de indução do desenvolvimento que facilita e potencializa a participação coletiva, promove parcerias entre as iniciativas privadas de cidadãos e os programas públicos, integrando áreas dispersas e promovendo novas sinergias entre as diversas ações já existentes.

Diferentemente de outras metodologias de promoção do desenvolvimento local, o DLIS é, fundamentalmente, uma estratégia de investimento em capital social. Essa estratégia é aplicada por meio de algumas tecnologias sociais inovadoras de articulação de redes e de efetivação de processos democrático-participativos ensaiados em escala local. Há uma metodologia que conduz a utilização dessas tecnologias e que, portanto, operacionaliza a estratégia DLIS.

Com efeito, o DLIS é uma estratégia de indução ao desenvolvimento – centrada, vale repetir, no investimento em capital social – que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam-se recursos das comunidades, em parceria com atores da sociedade civil, de governos e empresas, em todos os níveis, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de desenvolvimento, a captação de recursos e a negociação e a execução de agendas de prioridades que desdobrem esses planos em ações concretas.



# Comunitas

Os passos básicos da metodologia do DLIS são mais ou menos os mesmos dos de qualquer metodologia de indução do desenvolvimento local:

- 1) Cada localidade faz um diagnóstico participativo para conhecer a sua realidade, identificar os seus problemas e descobrir suas vocações e potencialidades.
- 2) A partir deste diagnóstico, é feito, também de modo participativo, um plano de desenvolvimento.
- 3) Desse plano é extraída uma agenda com ações prioritárias que deverão ser executadas por vários parceiros: comunidade local, prefeitura, governo estadual, governo federal, empresas e organizações da sociedade civil.
- 4) Tudo isso é organizado por um fórum democrático, formado por lideranças locais.
- 5) Estas lideranças locais participam de um processo de capacitação para uma gestão comunitária empreendedora do seu processo de desenvolvimento.

## 2 - Antecedentes

Entretanto, a metodologia do DLIS vem se desenvolvendo a cada ano por meio de sucessivas versões. Na sua versão inicial – surgida no final da década de 1990 – ela ainda era, em grande parte, decalcada de metodologias mais antigas de desenvolvimento econômico local. Na sua versão mais recente, que está vindo à luz agora em 2004, a metodologia do DLIS tem como fulcro a formação de comunidades de projeto.

Para entender essa mudança mais recente é necessário acompanhar a evolução da metodologia do DLIS, senão desde que ela começou a surgir, em 1998, pelo menos desde que começou a ser aplicada, a partir de 1999, em um programa governamental chamado Comunidade Ativa em parceria com um programa do SEBRAE chamado Proder-Especial.

Por meio do programa Comunidade Ativa, o DLIS começou como uma estratégia de combate à pobreza pela via da promoção do desenvolvimento em pequenas localidades periféricas do interior do País. O Proder-Especial era um vetor de sustentabilidade econômica nos processos de DLIS, introduzido pelo SEBRAE, em parceria com o Comunidade Ativa. A capacitação dos Multiplicadores de DLIS – os agentes encarregados de implantar os processos de desenvolvimento local nas localidades de todo o País – coube à AED - Agência de Educação para o Desenvolvimento.



# Comunitas

Não parece ser o caso de recontar aqui a história do DLIS mas, apenas, o de evidenciar alguns aspectos do desenvolvimento dessa metodologia para tentar mostrar como ela vem se transformando nos últimos cinco anos (1).

O DLIS não surgiu a partir de iniciativa governamental e sim das Rodadas de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária que contaram com a participação de várias pessoas e instituições que já se dedicavam ao desenvolvimento local e que, inclusive, organizaram, no início de 1998, um Fórum de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (antecessor da atual Rede DLIS, que promove anualmente o evento chamado EXPO BRASIL Desenvolvimento Local). Todavia, a partir de julho de 1999 o DLIS virou um programa do Governo Federal, o Comunidade Ativa, o qual funcionou até o final de 2002.

Assim, quando foi aplicado em ampla escala pela primeira vez (por meio do Programa Comunidade Ativa) o DLIS era, basicamente, um programa de racionalização da ação governamental em parceria com a sociedade, onde o fundamental era a convergência e a integração de ofertas a partir da organização das demandas em agendas locais de prioridades de desenvolvimento.

Depois evoluiu para um programa de incentivo ao protagonismo local, enfatizando os ativos humanos e sociais já existentes em cada localidade e encorajando as comunidades para que enfrentassem seus problemas da sua maneira a partir da dinamização das suas potencialidades endógenas.

Em seguida, passou a priorizar a capacitação para uma gestão comunitária empreendedora do processo de desenvolvimento, a formalização de novas institucionalidades participativas (como a fundação de Oscips de apoio aos Fóruns de DLIS) e a articulação de redes de desenvolvimento comunitário. A partir de 2003 algumas instituições, como o SEBRAE, priorizaram a montagem de sistemas sócio-produtivos (como APLs – Arranjos Produtivos Locais e assemelhados, cadeias e outros tipos de redes de empreendimentos produtivos) e várias tentativas nesse sentido, mais ou menos bem-sucedidas, encontram-se em curso há vários meses.

Hoje o DLIS está se constituindo como uma estratégia mais ampla e mais flexível, que pode ser implementada, dentro de certos limites, em qualquer tipo de localidade (e não apenas em pequenos municípios do interior) e que sofre menos influência daquele inevitável pragmatismo economicista, daquela fixação, quase pueril, na geração imediata e demonstrativa de ocupação e renda de modos, digamos, meio artificiais e pouco sustentáveis.

Inicialmente o DLIS era impulsionado a partir de um centro indutor e promotor governamental em aliança com algumas instituições de âmbito nacional e estadual. Depois ele passou a ser induzido por uma diversidade maior de atores institucionais, governamentais e não-governamentais, inclusive de âmbito microregional e municipal.



# Comunitas

As versões iniciais do programa DLIS já tinham um caráter radicalmente descentralizante. Na verdade, do ponto de vista governamental, tratava-se de um programa que substituíra uma agenda única de ofertas (elaborada – *top down* – pelo Estado) por “mil agendas” de demandas (elaboradas – *bottom up* – pelas próprias comunidades). Todavia, embora descentralizante, o DLIS, inicialmente, ainda era promovido por instâncias centralizadas, seja no governo federal, seja no SEBRAE, para falar apenas dos seus principais e pioneiros promotores de âmbito nacional.

Com o tempo, porém, foram aparecendo outros centros indutores ou promotores de DLIS em praticamente todas as unidades da Federação. Governos estaduais, organizações não-governamentais, empresas de consultoria, cooperativas e universidades, mas, sobretudo, multiplicadores de DLIS e agentes de desenvolvimento, enquanto pessoas físicas mesmo, começaram a tomar para si a responsabilidade de promover o DLIS nos seus âmbitos de atuação, nas regiões onde tinham alguma influência e, inclusive, nas suas próprias localidades.

Por esse e, possivelmente, por vários outros motivos, a partir de 2002, o DLIS começou a ganhar características de um novo tipo de movimento social, como se pôde constatar na I EXPO BRASIL Desenvolvimento Local, que reuniu cerca de 1.500 agentes locais, especialistas e interessados no assunto, em novembro de 2002, em Brasília.

Ou seja, os participantes do DLIS começaram a assumir para valer a paternidade dos processos de desenvolvimento que estavam experimentando em suas localidades. Começaram a fazer suas próprias camisetas e distintivos, a inventar novos passos metodológicos e novas ações, a preparar seus próprios materiais de divulgação, seus boletins e material promocional e a organizar suas próprias caravanas, missões e exposições de produtos em eventos locais, regionais e estaduais. A I EXPO serviu como um grande mostruário de tudo isso.

A II EXPO BRASIL Desenvolvimento Local, realizada em Belo Horizonte, em novembro de 2003, com a participação de cerca de 2.500 pessoas, em sua grande maioria agentes locais de desenvolvimento, apenas confirmou a tendência observada no encontro anterior. Com menos apoio governamental, a II Expo acabou sendo muito maior do que a primeira, apresentando maior diversidade de experiências e, sobretudo, um maior amadurecimento institucional no que tange ao grau de autonomização das experiências locais.

Todo esse processo foi acompanhado por diversas iniciativas de articulação em fóruns mais amplos e redes, sobretudo de âmbito estadual, que promoveram encontros, exposições e agendas conjuntas de trabalho envolvendo várias localidades.



# Comunitas

A partir do final de 2003 muitos Fóruns de Desenvolvimento Local começaram a se articular nacionalmente. Em meados de maio de 2004, quase 300 Fóruns de DLIS já estão conectados em rede (na chamada ROC – Rede de Oscips de Apoio aos Fóruns de DLIS), aumentou o número de instituições formais (Oscips) promotoras de processos locais de desenvolvimento e já existem cerca de 340 agentes de desenvolvimento conectados – como pessoas físicas ou jurídicas – a uma rede (chamada ‘Sistema de Agentes de Educação para o Desenvolvimento’) cuja condição para participar é ter adotado, voluntariamente, pelo menos uma localidade para ali promover ou acompanhar o desenvolvimento do DLIS. O número de localidades voluntariamente adotadas por esses agentes, avançando uma nova forma, mais integral, de exercício da responsabilidade social, individual ou institucional, já chega a quase 450 (2).

### 3 - A continuidade da estratégia

De sorte que a continuidade (e, talvez, até mesmo a sustentabilidade institucional) da estratégia chamada DLIS não depende mais, hoje, da vontade dessa ou daquela instituição particular, seja governamental ou não governamental. Isso ocorre em virtude da combinação de vários fatores como:

a) **A existência de multiplicadores.** A multiplicação dos capacitadores e dos agentes indutores individuais e institucionais (estima-se que existam hoje no Brasil cerca de 2 mil pessoas e instituições que dominam a metodologia, habilitadas para implantar processos de DLIS). Tais multiplicadores – formados pela AED em parceria com o Projeto DLIS – constituem a chave de tudo. Sem eles seria impossível ampliar em todo o País essa estratégia inovadora. O trabalho da AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, em 2000 e 2001, na capacitação de cerca de 1.500 ‘Multiplicadores de DLIS’ e, em especial, em 2002, na formação de duas centenas ‘Agentes de Desenvolvimento’ para o Projeto ‘Comunidade Que Faz’ (a partir de 2003 incorporado à metodologia de implantação do DLIS como capacitação para a gestão empreendedora comunitária do processo de desenvolvimento) e com a criação do ‘Projeto DLIS’ contribuiu bastante para isso. Em 2002 tal orientação descentralizante passou a ser explícita nos cursos, materiais pedagógicos e instrumentos de comunicação da AED.

b) **A existência de um novo tipo de voluntariado local.** A incorporação de um novo tipo de voluntariado dedicado à tarefa de implantar e acompanhar processos de DLIS (se incluirmos os agentes locais, o número desses voluntários deve ultrapassar hoje a marca dos 15 mil);

c) **O surgimento de uma nova forma de responsabilidade social.** O interesse recente (e crescente) de uma parte do empresariado pelo DLIS, como uma forma de exercer sua responsabilidade social corporativa ou de realizar o chamado investimento social privado de uma nova maneira, desvencilhada do clientelismo e sem cair no assistencialismo;



# Comunitas

d) **A existência de redes de agentes.** A existência de redes de agentes focadas na missão de expandir o DLIS (como, por exemplo, a rede 'Sistema AED' contando com cerca de 350 agentes conectados e com quase 450 localidades adotadas) (confira [www.aed.org.br/sistema\\_aed/](http://www.aed.org.br/sistema_aed/)).

e) **A existência de uma diversidade de metodologias semelhantes.** A existência de uma variedade de instituições, nacionais e internacionais, que aplicam metodologias assemelhadas ao DLIS;

f) **A AED em parceria com o Projeto DLIS / Comunitas.** A AED que, a partir de 2003, passou a se constituir, simultaneamente, como um programa – Agência de Educação para o Desenvolvimento e como um sistema – Sistema de Agentes de Educação para o Desenvolvimento (confira [www.aed.org.br](http://www.aed.org.br)) atuando no DLIS em parceria com o Projeto DLIS / Comunitas;

g) **O florescimento de novas institucionalidades.** O surgimento de novas institucionalidades locais encarregadas de coordenar e impulsionar processos de DLIS nas suas próprias localidades (já existem centenas de Oscips que têm como objetivo a promoção do desenvolvimento local);

h) **As articulações entre as próprias localidades.** As nascentes articulações em redes dos próprios Fóruns de DLIS, em geral de âmbito estadual e, inclusive, nacional (como, por exemplo, a ROC, que congrega hoje mais de 280 Fóruns e Oscips de apoio a Fóruns de DLIS) (confira [www.roc.org.br](http://www.roc.org.br)); e, finalmente,

i) **A EXPO BRASIL Desenvolvimento Local.** A existência e o fortalecimento de uma rede de conhecimento, ampla e plural – a 'Rede DLIS' – que promove anualmente o encontro chamado EXPO BRASIL Desenvolvimento Local (para maiores detalhes consulte [www.rededlis.org.br](http://www.rededlis.org.br)).

Como o processo de indução ficou bastante descentralizado não se pode mais nem saber, em números exatos, quantas são as localidades que estão atualmente em processo de DLIS ou em processos de desenvolvimento local que adotam metodologias assemelhadas ao DLIS.

Nas versões iniciais da metodologia, promovidas pelo antigo programa governamental chamado Comunidade Ativa (3), o DLIS já havia sido implantado em pouco mais de 700 localidades até o final de 2002 (4). Mas isso sem contar as localidades que resolveram aplicar a metodologia por sua própria conta (em geral contratando um multiplicador ou agente de desenvolvimento capacitado pela AED ou pelo SEBRAE) e sem contar um número, talvez até um pouco maior, de processos induzidos apenas pela Unidade de Desenvolvimento Local do SEBRAE Nacional e pelas suas 27 unidades estaduais.



# Comunitas

Durante o ano de 2003 novas experiências foram iniciadas, quer por iniciativa local, quer por iniciativa de organizações estaduais, quer, ainda, em virtude de livre “adoção”, por parte de agentes de desenvolvimento individuais, organizações da sociedade civil e empresas.

Deve-se registrar também o incremento do esforço de pesquisa e formulação teórica sobre o DLIS, com a inauguração de novos cursos acadêmicos de pós-graduação sobre desenvolvimento local e o surgimento de uma literatura nacional mais qualificada, incluindo dissertações de mestrado e teses de doutorado (cuja relação está ainda por ser feita).

Levando em conta todos esses avanços introduzidos pelo desenvolvimento das múltiplas experiências concretas em andamento, das suas diversas articulações e, inclusive, das reflexões mais sistematizadas que começam a surgir sobre tais experiências, a AED e o Projeto DLIS / Comunitas estão preparando a sua versão da metodologia do DLIS para 2004.

## Notas e referências

(1) Quem quiser conhecer com maiores detalhes essa trajetória pode ler, por exemplo, o texto “Uma história do DLIS”, que está disponível *on line* em [http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=cartas\\_dlis&id=C0\\_25\\_12](http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=cartas_dlis&id=C0_25_12)).

(2) Quem quiser maiores detalhes sobre a ROC pode visitar o site [www.roc.org.br](http://www.roc.org.br); e quem quiser conhecer o ‘Sistema AED’, o nome dos agentes e as localidades adotadas basta acessar o seguinte endereço [http://www.aed.org.br/sistema\\_aed/](http://www.aed.org.br/sistema_aed/).

(3) A direção do Programa Comunidade Ativa se constituiu como uma organização autônoma chamada ‘Projeto DLIS’ a partir do final de 2002.

(4) Para conhecer a lista das primeiras 700 localidades onde a metodologia do DLIS foi aplicada e o que foi feito em cada uma dessas localidades até o final de 2002, basta acessar o site do ‘Projeto DLIS’: [www.dlis.org.br](http://www.dlis.org.br).